

# TIPOS DE PESQUISAS: ENFOQUE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL<sup>1</sup>

Fernanda Assalim VILELA<sup>2</sup>  
Eduardo José MANZINI<sup>3</sup>

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo uma análise exploratória a fim de construir categorias de pesquisas a partir de estudos de dissertações e teses sobre Educação Especial da Unesp, Marília. O manuscrito apresenta as definições de pesquisa exploratória, descritiva e explicativa e dentro de cada tipo de pesquisa indica o delineamento mais indicado. Estes delineamentos são nomeados como a pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, a pesquisa experimental, a pesquisa *ex-post facto*, a pesquisa participante, a pesquisa-ação, o estudo de caso e a pesquisa de campo. O texto conclui com a apresentação de quatro categorias de análise que poderão nortear o estudo sobre para quê servem os conhecimentos produzidos em Educação Especial. O texto não esgota o tema, mas abre o debate sobre os tipos de conhecimentos que têm sido produzidos em Educação Especial visando a inclusão de alunos com deficiência.

**Palavras-chave:** Produção de Conhecimento. Educação Especial. Pesquisa em Educação.

## 1 Introdução

Fazer pesquisa é essencial, pois é por meio desta que o investigador desvenda o desconhecido ou se aprofunda em assuntos já existentes, contribuindo para o progresso da humanidade.

Para o aprofundamento dos temas relevantes em pesquisa, é necessário que o pesquisador tenha definido um problema, pois é a partir deste que pode observar e refletir sobre uma dada situação (CHIZZOTTI, 2003), sempre baseado em conhecimentos passados e presentes. Para isso, o investigador deve pautar-se na utilização de métodos e procedimentos científicos.

Definido o problema, o pesquisador irá determinar qual o tipo de pesquisa será utilizada. Os níveis de pesquisa são variados, podendo ela ser classificada como exploratória, descritiva e explicativa (GIL, 1999). Dentro destes tipos, há dois grupos de métodos que servem para traçar um modelo conceitual e operativo. Um grupo é chamado de “fontes de papel”, que são a pesquisa documental e a bibliográfica. O outro grupo, chamado de “dados fornecidos por pessoas”,

---

<sup>1</sup> Este manuscrito insere-se dentro da pesquisa “Que tipo de conhecimento as pesquisas de pós-graduação têm fornecido sobre inclusão?”, cadastrado no CNPq, de autoria de Eduardo José Manzini. [manzini@marilia.unesp.br](mailto:manzini@marilia.unesp.br)

<sup>2</sup> Bolsista PIBIC/CNPq, aluna do Curso de Pedagogia, Habilitação em Educação Especial, Área de Deficiência Física, Unesp, Marília. [fernanda\\_assalim@hotmail.com](mailto:fernanda_assalim@hotmail.com)

<sup>3</sup> Docente do Programa de Pós-graduação em Educação e do Depto de Educação Especial, Unesp, Marília.

compreende a pesquisa experimental, a pesquisa *ex-post facto*, a pesquisa participante, a pesquisa-ação, o estudo de caso e a pesquisa de campo.

As pesquisas documental e bibliográfica possuem semelhanças entre si, diferindo uma da outra na natureza das fontes. O pesquisador que opta pela documental buscará informações oriundas dos próprios órgãos, sejam eles públicos ou privados. Tal pesquisa envolve materiais escritos, como leis, cartas, biografias, jornais etc. (LUDKE; MARLI, 1986), e também materiais não escritos, como “fotografias, gravações, televisão, rádio, desenhos, pinturas, canções, indumentárias, objetos de arte, folclore, etc.” (LAKATOS; MARCONI, 2001, p. 43). Outras fontes são as descrições de fatos vivenciados por uma pessoa, ou seja, um relato sobre um acidente ou sobre um período de sua vida (MAY, 2004). Além destes, outros conteúdos importantes são “os debates, anais de congressos, discursos políticos e relatórios de comissões administrativas e governamentais. Outros como romance... os desenhos, as peças, os mapas, a internet...” (MAY, 2004, p. 205). Estes documentos podem constituir importantes fontes, e destas podem ser extraídas evidências que fundamentam afirmações e declarações contundentes para a pesquisa (LUDKE; MARLI, 1986).

Já na pesquisa bibliográfica, o investigador faz um levantamento de todo o conteúdo, com base científica, já publicado e que tenha relação com o problema em foco. Dentre os materiais consultados estão livros, verbetes de enciclopédia, revistas, trabalhos de congressos, publicações avulsas e teses (MACEDO, 1994; LAKATOS; MARCONI, 2001). Para Macedo (1994), a pesquisa bibliográfica é dividida em conceito restrito e conceito amplo. No conceito restrito, o pesquisador faz a seleção de documentos que estejam profundamente relacionados com o problema de sua pesquisa e fichamentos das referências utilizadas. No conceito amplo, a pesquisa bibliográfica é compreendida como o plano total inicial de qualquer trabalho. Neste, são envolvidos inúmeros procedimentos metodológicos, divididos em etapas como: identificação e localização de documentos para a pesquisa; preparação de temas e subtemas do trabalho (como forma de organização); fichamento e resumo do material lido, entre outros.

A pesquisa experimental é um estudo no qual o pesquisador manipula diferentes grupos, sejam eles de animais ou de seres humanos. Essa manipulação acontece de diferentes maneiras e com grupos desiguais, tendo como objetivo saber se o que é feito com cada um deles produz efeitos diferentes nos grupos diferentes. Para que haja a veracidade dos fatos, o pesquisador, de acordo com seu problema de pesquisa, deve, como metodologia, utilizar um experimento, e é por meio deste que pode alcançar dados. Kerlinger (1979) define experimento como:

[...] um estudo no qual uma ou mais variáveis independentes são manipuladas e no qual a influência de todas ou quase todas as variáveis relevantes possíveis não pertinentes ao problema da investigação é reduzida a um mínimo. Nos chamados experimentos de laboratório – em contraste com os experimentos de campo – os pesquisadores fazem isto isolando a pesquisa em uma situação física delimitada e manipulando e medindo variáveis sob condições cuidadosamente especificadas e controladas. (p. 125).

Esses dados são observados, articulados e rigorosamente manipulados, verificados empiricamente e corroborados por meio de técnicas seguras de controle. O pesquisador, na análise dos resultados, deve fazê-lo de modo imparcial e objetivo para que teorias ou leis sejam criadas para explicar o que foi observado (CHIZZOTTI, 2000).

Na pesquisa não experimental ou pesquisa *ex-post facto*, não ocorre a manipulação de variáveis porque lida com personalidades, gêneros, sentimentos, ou seja, com a subjetividade. Exemplos do que o pesquisador não pode manipular são “classe social, sexo, inteligência, preconceito, autoritarismo, ansiedade, aptidão, realização, valores, e assim por diante” (KERLINGER, 1979, p. 133). Neste tipo de pesquisa, os estudos feitos das relações entre os fenômenos são concretizados, mas sem intervenção de experimento. Não há tentativa de definir e de produzir diferentes efeitos por meio de diferentes tipos de manipulação.

A pesquisa participante é voltada para as necessidades básicas de indivíduos pertencentes às classes menos favorecidas economicamente, conscientizando-os da real situação em que vivem. Neste tipo de pesquisa, o investigador e os sujeitos são participantes da pesquisa, mas cada um atua em situações e tarefas distintas (BRANDÃO, 1985). O pesquisador deve oferecer seus conhecimentos científicos em benefício da comunidade e assessorar o grupo a identificar e avaliar situações-problema que anseiam estudar. O intuito dessa metodologia é instigar e orientar esses indivíduos para uma vida em sociedade que seja autônoma, saindo da condição de opressão. Demo (1995) descreve a pesquisa participante em três passos: primeiro passo: o encontro entre o saber popular (vem da comunidade pesquisada) e o conhecimento científico (vem do pesquisador). O pesquisador deverá conscientizar os indivíduos sobre a condição em que vivem, procurando mostrar que tal condição não é destino, mas resultado de uma injustiça social; segundo passo: partindo desse conhecimento transmitido, estratégias devem ser elaboradas para enfrentar os problemas encontrados; terceiro passo: devido ao fato de a comunidade ser discriminada socioeconomicamente, deverá haver a formação de uma organização política para o enfrentamento dos problemas. Os conhecimentos apresentados à comunidade pelo pesquisador terão a finalidade de conscientização, não como algo imposto e que deve ser seguido, mas sim um processo em que

poderá ser oferecida à comunidade a oportunidade de reflexão e tomada de atitude perante suas condições de vida. Demo (1995) afirma que “[...] Não se trata apenas de sistematizar formalmente as faces empíricas possíveis da pobreza, mas de compreendê-la como prática histórica causada, contextualizada, produzida”. (p. 238)

A pesquisa-ação foca as classes populares e está associada com ação e resolução de problemas que atingem o coletivo. Nela, pesquisador e pesquisados agem de modo cooperativo e participativo. Para Barbier (1985), a pesquisa-ação é uma tarefa em que o grupo social, por si próprio, buscará a compreensão e o esclarecimento de suas atitudes. O problema será elaborado de acordo com a situação e condição que a comunidade apresenta. O autor Thiollent (1986) afirma que o principal objetivo dessa pesquisa está em “... resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada (p. 16)”. Neste tipo de pesquisa, a ação dos pesquisados não deve ser banal, mas sim bem dirigida e organizada. Essas ações são reivindicações em diferentes contextos, como: “animação cultural, organizacional”, introdução de “uma nova tecnologia” ou o desbloqueio da “circulação da informação dentro da organização” (THIOLLENT, 1986, p. 15). A participação do pesquisador está garantida dentro da situação-problema, devendo ser ele ativo nos fatos analisados, acompanhar o desenvolvimento e ações dos grupos pesquisados, porém de forma neutra (sem subjetividade), rígida e clara. Haguette (1992) caracteriza a pesquisa-ação como uma pesquisa educativa, ou seja, o sujeito pesquisado, ao participar de todo processo (identificação da situação problema, elaboração de propostas que buscam a melhoria, propostas feitas para a resolução dos problemas e análise dos resultados obtidos), buscará o progresso para sua comunidade, pois terá a oportunidade de adquirir conhecimentos, pautado nas ciências, sobre as condições em que vive e, com isto, terá condições de elaborar estratégias que tenham como objetivo a informação e o avanço para sua comunidade.

O estudo de caso, para alguns autores, não é um tipo específico de delineamento, mas uma característica de estudo. O pesquisador que opta por este método poderá encontrar na literatura referente ao assunto a gênese do problema, que poderá emergir de experiências do próprio pesquisador, tendo ainda a possibilidade de prosseguir as pesquisas realizadas anteriormente (ANDRÉ, 2005). O estudo de caso tem sido opção de vários pesquisadores sociais, sendo empregado em circunstâncias como a investigação das reais condições do pesquisado, narração do entorno da pesquisa inquirida e “... as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamento e experimento” (GIL, 1999, p.

72). Considerando estas observações, afirma-se que o pesquisador que opta por este estudo fará um trabalho denso e fatigante, porém este permitirá um conhecimento aprofundado de uma situação específica, e os resultados obtidos nesse delineamento possibilitarão ao pesquisador a elaboração de suposições para a continuidade de outras pesquisas (TRIVIÑOS, 1987). Para isso, é necessário o uso de procedimentos como: entrevista aberta, em que o pesquisador permite que o entrevistado responda as questões e possa acrescentar comentários; entrevista fechada, na qual o pesquisador obtém somente a resposta da pergunta feita. Outros procedimentos para coleta podem ser utilizados, como gravações, observações e anotações.

O estudo de campo é um delineamento utilizado pelos pesquisadores que anseiam estudar as estruturas sociais de uma comunidade; porém, o pesquisador estudará apenas um grupo específico, focando a interação entre os seus membros. Este delineamento apresenta em seu programa “[...] maior flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam reformulados ao longo do processo de pesquisa” (GIL, 1999, p. 72).

Sobre os níveis de pesquisa, o autor Gil (1999, p. 43) afirma que “a pesquisa exploratória desenvolve, esclarece e modifica conceitos e idéias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Essa pesquisa proporciona ao pesquisador maior vivência do problema (TRIVIÑOS, 1987), e os métodos mais usados são: entrevista não padronizada, estudo de caso, levantamento bibliográfico e documental.

Na pesquisa descritiva, o principal objetivo é a exposição das características de uma população, a cultura de um determinado grupo, a relação dos órgãos públicos com a população ou a criminalidade em uma determinada região, e tem como finalidade “... descobrir a existência de associações entre variáveis, como, por exemplo, as pesquisas eleitorais que indicam a relação entre preferência política partidária e nível de rendimentos ou de escolaridade” (GIL, 1999, p. 43). Os problemas no âmbito educacional, como analfabetismo, metodologia de professores e reestruturação de currículo, também são focos desta pesquisa (TRIVIÑOS, 1987). A pesquisa descritiva, em alguns casos, se aproxima da explicativa; em outros casos, se aproxima da exploratória por prestar uma idéia inovadora do problema.

A pesquisa explicativa é a que mais elucida a razão e as dúvidas do resultado do estudo. Este é considerado o tipo de pesquisa mais difícil, pois o pesquisador está exposto a cometer erros. Geralmente as pesquisas explicativas são continuação de pesquisas descritivas. O método mais utilizado é o experimental, pois, para Gil (1999), “consiste em submeter os objetos de estudo a

influências de certas variáveis, em condições controladas e conhecidas pelo investigador, para observar os resultados que a variável produz no objeto” (p. 33).

Como exposto até o momento, percebe-se que os vários tipos de pesquisa que tentam explicar fatos, eventos e fenômenos trazem embutidas diferentes concepções de como fazer pesquisa. Uma outra discussão que pode ser realizada é: para que serve a pesquisa realizada? Para onde ela aponta? Como ela pode beneficiar o próprio desenvolvimento da pesquisa? Ao focar a educação especial, que tipo de conhecimento poderia ser vislumbrando ao tratar do tema inclusão do aluno com deficiência?

### **Enfocando a Educação Especial**

Para responder a essas perguntas foi analisado um conjunto de pesquisas de forma ainda exploratória sendo possível estabelecer cinco categorias para responder para quê servem as pesquisas cujo enfoque seja a inclusão.

A título de discussão, pinçar-se-á o tema “acessibilidade”, motivo das pesquisas de Oliveira (2003) e Audi (2004).

O primeiro estudo, desenvolvido por Oliveira (2003), teve como objetivo investigar as condições de acessibilidade na Universidade de Londrina, segundo os alunos com deficiência matriculados nos cursos das áreas de biológicas, exatas e humanas. A pesquisa foi conduzida por meio de entrevistas. O estudo apresenta, então, uma versão baseada nos depoimentos de diversos protagonistas ou atores sociais sobre o acesso, acessibilidade e permanência na UEL.

O segundo estudo, desenvolvido por Audi (2004), teve como objetivo desenvolver um protocolo para avaliar acessibilidade em escolas do ensino fundamental. O resultado da pesquisa culminou com a produção de um instrumento de avaliação composto por desenhos ilustrativos sobre os elementos arquitetônicos. A forma de avaliação consiste em percorrer os caminhos ou rotas usualmente utilizadas pelos alunos e pontuar, por meio de uma escala numérica, ou elementos arquitetônicos como portas, maçanetas, degraus, mudanças de níveis, dentre outros.

Tendo como pano de fundo esses dois estudos, é possível perceber que ambas as pesquisas têm características metodológicas diferentes e produziram conhecimentos diferentes, porém, ambos estudos têm forte relação com o paradigma da inclusão. O primeiro estudo produziu um conhecimento que favoreceu o debate interno na UEL sobre os cuidados tomados e

desenvolvidos ou não em relação à inclusão social e educacional do aluno com deficiência do ensino superior. Por tratar-se de um estudo de caso, trouxe benefícios diretos para a própria UEL e alguns aspectos desse conhecimento poderão ser generalizados para outras universidades.

O segundo estudo, de natureza avaliativa-aplicativa, produziu um conhecimento que não diz respeito a uma realidade específica, e que poderá ser utilizado de forma mais generalizada, pois esse era o objetivo final da pesquisa. O instrumento de avaliação construído poderá ser utilizado para prever reformas no interior da escola para melhor preparar o ambiente físico para alunos com deficiência.

Essa rápida análise sobre esses dois estudos pode nos indicar que, independentemente da classificação e nomeação dos temas das pesquisas sobre educação especial, existe uma pergunta subjacente: para que desses estudos? A resposta nos remete para o paradigma da inclusão.

Após a análise de 10 dissertações e teses foram estabelecidas categorias de análise como seguem:

- 1) pesquisas que trazem generalização e aplicação imediata dos achados;
- 2) pesquisas que podem trazer generalização de alguns aspectos e que trazem resultados imediatos para um grupo específico de participantes;
- 3) pesquisas que não trazem generalização dos resultados, mas que corroboram resultados de outras pesquisas e tem caráter descritivo;
- 4) pesquisas descritivas que apresentam achados inovadores e que apontam para a necessidade de outras pesquisas dentro do tema estudado;
- 5) pesquisas descritivas que não ampliam o conhecimento da área.

Essas categorias estão sendo avaliadas a partir das dissertações e teses produzidas pelo Programa de Pós-graduação da Unesp, campus de Marília, que poderão ser ampliadas na análise final.

Numa leitura crítica dos trabalhos sobre inclusão, pode-se verificar que uma grande parte dos trabalhos entrevista pessoas sobre o tema inclusão, cujos resultados são previstos e acabam não trazendo novos conhecimentos para a área. Precisamos, então, avançar...

## Referências

ANDRÉ, M. E. D. A. *Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional*. Brasília: Líber, 2005.

- AUDI, E. M. M. *Protocolo para avaliação da acessibilidade física em escolas de ensino fundamental*. 2004. 228 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Marília.
- BARBIER, R. *Pesquisa-ação na instituição educativa*. Rio: Zahar, 1985.
- BRANDÃO, C. R. *Pesquisa participante*. BRANDÃO, C. R. (Org.). 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- DEMO, P. *Metodologia científica em ciências sociais*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas na pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- HAGUETTE, T.M.F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.
- KERLINGER, F. N. *Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual*. Tradução de Helena Mendes Rotundo. São Paulo: EPU: EDUSP, 1979.
- LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A.. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- LUDKE, M.; MARLI, E. D. A. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- MACEDO, N. D. *Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1994.
- MAY, T. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- OLIVEIRA, E. T. G. *Acessibilidade na Universidade Estadual de Londrina: o ponto de vista do estudante com deficiência*. 2003. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Marília.
- THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1986.
- TRIVINÕS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

Recebido em: 01/07/2009  
Aprovado em: 05/10/2009